

A REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NAS ESCOLAS: despertando um novo olhar

DOI: [10.47224/revista-master.v6i11.156](https://doi.org/10.47224/revista-master.v6i11.156)

*Danilo Faria de Moura
Maria Luiza de Borba Alves
Ednamar Martins de Freitas
Flávia Cristina Naves dos Santos Melo
Jéssica de Oliveira Gonçalves
Jéssica Pinheiro de Souza
Maria Carolina do Nascimento
Maria Helena Belo de Araujo
Tauani Ribeiro de Brito*

e-mail: daniolfmoura@yahoo.com.br

Resumo

O atual cenário brasileiro exige uma ação contra o preconceito institucional permeado na sociedade durante séculos de uma cultura eurocêntrica com um ensino enviesado sobre a cultura indígena desvalorizando-a. Assim, este estudo visa rediscutir a Lei 11.645/08 e a sua abordagem nas escolas. A reflexão se dá a partir da metodologia de problematização do Arco de Maguerez para conscientizar sobre a necessidade da revisão do ensino. O embasamento teórico se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, o que possibilitou o aprofundamento e melhor compreensão da temática. Como possíveis soluções, indica-se a realização de oficinas pedagógicas em cursos de formação continuada sobre a temática indígena para ressaltar a importância de trabalhar seus conteúdos no cotidiano das escolas e, assim, transformar a visão cultural sobre os indígenas de uma cultura de desdém para uma mentalidade de valorização. Compreendeu-se que fazer valer as diretrizes propostas pela Lei 11.645/08 e pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) são de grande relevância e importância para a discriminação de uma visão mais adequada dos povos indígenas, e conseqüentemente da cultura e história do Brasil.

Palavras-chave: Cultura Indígena; Formação continuada de professores; Representatividade Indígena.

Abstract

The current Brazilian scenario requires action against the institutional prejudice permeated in society for hundreds of years of a Eurocentric culture with a biased teaching on indigenous culture devaluing it. Thus, this study aims to re-discuss Law 11.645/08 and its approach in schools. The reflection is predicated on the Arco de Maguerez problematization methodology to boost awareness about the necessity to review teaching. The theoretical basis was given through a bibliographical research, which allowed the deepening and better understanding of the theme. As possible solutions, it's recommended to hold out pedagogical workshops in continuing education courses on indigenous themes to stress the importance of working their contents within the lifestyle of faculties and, thus, transforming the cultural view of indigenous people from a culture of contempt to an appreciation mentality. It had been understood that enforcing the rules proposed by Law 11.645/08 and by the Law of Guidelines and Bases of Education are of great relevance and importance for the discrimination of a more adequate view of indigenous peoples, and consequently of the culture and history of Brazil.

Keywords: Indigenous Culture; Continuing teacher education; Indigenous Representativeness.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se a atividades de pesquisa realizadas por meio do componente curricular “Projeto Integrador VII - Educação Étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena”, do sexto e sétimos períodos do Curso de Pedagogia, sendo realizado no primeiro semestre de 2020.

Utilizou-se da metodologia de problematização o Arco de Maguerez, no qual foi possível encontrar pontos-chave para a identificação de um problema que pudesse ser solucionado, desta forma a metodologia possibilitou nortear a seguinte temática: “A Representatividade Indígena nas Escolas: despertando um novo olhar” com foco nas escolas do município de Araguari/MG. Foi utilizado um formulário respondido por professores de escolas públicas municipais, públicas estaduais e escolas privadas para a observação da realidade, assim como para nortear as pesquisas para o embasamento teórico. O aporte teórico se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, o que possibilitou o aprofundamento e melhor compreensão da temática.

A viabilização do ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico, como determina a Lei 11.645/08, é um esforço de reconhecimento e valorização da diversidade cultural indígena, e é também uma maneira de realizar o diálogo da cultura dos povos indígenas com a cultura nacional não-indígena, possibilitando aos

não-índios o acesso aos saberes milenares desses povos. (BRITO, 2009, p. 67)

Sabe-se que a Lei 11.645/08 é de suma relevância para a representatividade dos povos indígenas do Brasil, possibilitando que se possa conhecer mais da cultura indígena nas escolas brasileiras, visto que, é importante compreender uma das culturas mais valorosa e forte presente no Brasil. A escola hoje tem um papel fundamental nesse contexto, pois ela cria uma ponte entre os alunos e esses conhecimentos, porém ela não vem sendo plenamente atuante. É perceptível que essa lei não é cumprida inteiramente e os conteúdos abordados sobre a temática indígena não são significativos, pois não contribui para que os alunos de fato compreendam e reflitam sobre a realidade e a importância do povo indígena no Brasil.

O objetivo geral desse artigo é compreender os motivos pelos quais a lei 11.645/08, sobre a temática história e cultura afro-brasileira e indígena, não é totalmente aplicada nas escolas, dando enfoque às questões dos povos de origem indígena. Diante disso, foi levado em consideração todos os meios utilizados, tanto pelos professores como pela escola, e levantadas as razões que culminam na não abordagem de forma significativa no currículo escolar.

2 OBSERVAÇÃO DA REALIDADE

A observação da realidade foi realizada por meio da ferramenta Google Formulários em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19, impossibilitando a realização da observação presencial no ambiente escolar. Foi desenvolvido um questionário com perguntas voltadas à temática dos conteúdos étnico-raciais nas escolas, sendo aplicado entre os dias 27 e 30 de abril de 2020, tendo como público-alvo profissionais da área da educação que atuam no município de Araguari e região. O formulário respondido foi de caráter anônimo, tendo como resposta os seguintes perfis:

Faixa etária:

- o 4 entre 20 e 35 anos (33%);
- o 8 entre 36 e 50 anos (67%).

Sexo:

- o 12 feminino (100%).

Nível de formação:

- o 3 graduação (25%);
- o 6 especialização (50%);
- o 3 mestrado (25%).

Atuação em instituições educacionais de que segmento:

- o 4 Públicas Municipais (33%);
- o 3 Públicas Estaduais (25%);
- o 2 Instituições Privadas/particulares (17%);
- o 2 Públicas Municipais e Públicas Estaduais (17%);
- o 1 Públicas Municipais e Instituições Privadas/particulares (8%).

As demais questões com os resultados aqui apresentados são as que mais se destacaram em relação à inadequação as diretrizes da Lei 11.645/08 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação):

As referências históricas, artísticas, culturais, linguísticas, geográficas, científicas do povo negro e dos povos indígenas são conteúdos escolares trabalhados cotidianamente nas diversas disciplinas?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 8,3%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 58,3%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 33,3%

Existe no acervo escolar, muitos e variados materiais didáticos, livros, brinquedos vídeos que contemplem as questões raciais e os conteúdos disponíveis para o uso dos estudantes e educadores?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 16,7%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 33,3%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 50%

As famílias e toda a comunidade escolar participam das ações de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 16,7%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 50%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 33,3%

As famílias se envolvem nas atividades relacionadas a valorização da cultura negra e indígena, promovidas pela escola?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 25%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 41,7%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 33,3%

Existe proposta de trabalho pedagógico para diminuir o uso de apelidos depreciativos para negros e outros grupos socialmente discriminados no ambiente escolar?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 25%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 50%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 25%

Investe na formação continuada para os educadores(as) nas escolas?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 16,7%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 33,3%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 50%

Possui um protocolo, construído coletivamente com a comunidade escolar que define institucionalmente os procedimentos a serem adotados nas ocorrências de situações discriminatórias e racistas?

- o Trabalho consolidado em minha escola - 8,4%
- o Trabalho em desenvolvimento em minha escola - 66,6%
- o Trabalho ainda por fazer em minha escola - 25%

O formulário continha vinte e cinco perguntas divididas em cinco temáticas, escolheu-se a indicação de sete itens nos quais o percentual de resposta trabalho “ainda por fazer em minha escola” foi destaque com maior sinalização.

Considerando a temática étnico-racial nas escolas, como pôde se observar na pesquisa realizada, existe grande dificuldade referente às referências históricas e culturais, destacando que se aplicam nos livros de história, e em materiais didáticos de outras disciplinas curriculares, uma visão em relação aos indígenas muito romantizada, ultrapassada e com fragmentos enviesados com mais de quinhentos anos, não abordando em sua maioria uma visão do índio contemporâneo e seus problemas atuais.

Considerando os materiais de apoio, a pesquisa aponta que houve considerável sinalização de trabalho ainda por fazer, dando indícios que nas escolas faltam materiais específicos como livros temáticos, fazendo com que os professores não sem



motivem a ministrar aulas sobre o assunto, pois não dispõem do aparato que necessitam, ou até mesmo não exista representatividade, como por exemplo não exista livros infanto-juvenis escritos por autores indígenas.

Ao analisar o diálogo com as famílias e a comunidade nas escolas foram destacadas duas questões do formulário. Na primeira, sobre as Leis 10.69/03 e 11.645/08, acentua-se a dificuldade de diálogo entre a escola e a comunidade acerca da abordagem do conteúdo sobre a temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Já na segunda evidencia-se a baixa participação da família dos alunos nas atividades voltadas a essa temática, porém, geralmente nas escolas essas atividades são realizadas em eventos fechados para a comunidade e apenas os alunos participam.

Sobre as relações escolares (estudantes, comunidades, educadores), a pesquisa aplicada evidencia que nas escolas ainda se tenha dificuldades quanto aos apelidos depreciativos, apesar de que atualmente existem muitos programas que abordam esse tema dentro e até fora da escola. Essa questão ainda é considerada crítica, pois alguns professores apresentam resistência para tratar essa questão, ou não sabem como fazê-lo de uma forma eficaz e significativa junto aos alunos.

Referente às ações escolares na escola também se destacam os resultados obtidos no que tange a formação continuada dos professores, sinalizando que existem poucos recursos referentes à temática indígena no Brasil. Destaca-se, ainda, a falta de coletividade e de diálogo entre a comunidade e a escola em prol da construção de medidas e programas que possam contribuir com a diminuição de ocorrências discriminatórias e racismo.

3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento dessa pesquisa se justifica pelos resultados adquiridos através da aplicação do questionário, pois indicam que os professores têm conhecimento do tema e dos meios para abordá-lo. Todavia, a falta de representatividade no ambiente escolar, seja essa representatividade física, literária ou cultural, ainda é deficitária. Considerando a educação como ferramenta para orientar, conduzir e desconstruir estigmas, o professor e a escola são

os mediadores da evolução humana. Sendo assim, o foco desse estudo é de explorar meios e ferramentas pedagógicas eficazes para propiciar educação e mudanças significativas quanto a educação escolar indígena.

A primeira ideia que a maioria dos brasileiros têm sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma ideia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas. (FREIRE, 2016, p. 5)

Considerando a afirmativa de Freire, conclui-se que não basta abordar sobre os grupos indígenas, é preciso construir uma educação problematizadora, que promova a inclusão dessa abordagem contextualizando os fatos históricos, que proponha ao aluno o conhecimento dos aspectos afirmativos e positivos, discutindo a história e os acontecimentos atuais.

O professor tem o papel de orientar os alunos, sejam eles indígenas ou não, sendo assim, é preciso educar para que haja respeito e empatia. A representatividade indígena no ambiente escolar ainda é tímida. Se o objetivo é conhecer a cultura indígena, por que não usar a literatura indígena? Esses povos possuem cultura, história e costumes. Então por que não tem vez e voz para falar sobre si, ensinar e partilhar conhecimentos? A representatividade indígena ainda é acanhada, é um grupo considerado minoria, não somente em quantidade, mas por estarem representados no espaço público, na política, na cultura, na literatura e nas escolas.

4 PROBLEMA

O desafio das escolas é garantir espaços nos currículos e nas salas de aula para a inclusão positiva da História e Cultura de negros e indígenas. É importante que, para uma adequada aplicabilidade dessas determinações legais, as instituições educacionais repensem seu papel na formação de indivíduos preparados para viver e conviver em ambientes de diversidade, reconhecendo-se como atores importantes dos processos históricos, independentemente de sua condição étnica,

econômica ou social (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020, p.3).

O papel que a escola, a equipe pedagógica e os recursos utilizados assumem mediante a todo o processo de formação do indivíduo é de suma importância e deve ser continuamente repensado e investigado, para que haja o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural existente no Brasil.

Por meio do instrumento de pesquisa aplicado detectou-se que algumas questões apresentam grande inconformidade com o proposto pelas diretrizes governamentais. Essas questões foram:

- Questão 01 - sobre as referências históricas artísticas, culturais, linguísticas, geográficas, científicas do povo negro e dos povos indígenas são conteúdos escolares trabalhados cotidianamente nas diversas disciplinas;
- Questão 02 - existe no acervo escolar, muitos e variados materiais didáticos, livros, brinquedos, vídeos que contemplem as questões raciais e os conteúdos disponíveis para o uso dos estudantes e educadores;
- Questão 03 - existe investimento na formação continuada dos professores.
- A partir das análises feitas identificou-se que as problemáticas focos desse artigo buscam responder às seguintes indagações:
- Como trazer mais representatividade para os povos indígenas e povos negros?
- Como abordar a diversidade cultural nas aulas e nos materiais didáticos?

A partir desses questionamentos, alternativas serão levantadas na busca de hipóteses de soluções aos problemas relacionados no desenvolvimento da temática.

5 PONTOS-CHAVE

O conhecimento histórico é imprescindível para que os indivíduos tomem consciência do lugar que ocupam na sociedade, e a reflexão crítica sobre as múltiplas relações entre passado e presente deve orientar a prática didático-pedagógica da disciplina de História. Seu principal objetivo no ensino fundamental e no ensino médio é a ampliação da

consciência a respeito da realidade de cada indivíduo, a partir do confronto com outras realidades históricas (LRG, 2009, p. 51 apud NETO, 2015, p. 106).

É irrelevante abordar sobre o povo indígena e não mencionar o que aconteceu com eles no passado, também é irresponsável que não os representem de forma romantizados, como os fazem nos livros, ou os imaginem de cocar andando expostos pela mata. Porém é necessário que haja aulas que apresentem os índios hoje como povos que lutam pelos seus direitos constantemente e que, apesar de terem se modernizados, ainda carregam os saberes e as heranças culturais que foram passadas de geração em geração

Vários desses aspectos identificados podem ser relacionados ao pouco conhecimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, assim como a falta de verba para investir melhor em materiais didáticos e materiais de apoio para dar um melhor significado dessa cultura tão expressiva. Vários problemas secundários são perceptíveis, como a falta material didático, falta de oportunidades, de conhecimento dos professores e até da escola, falta de iniciativas e de práticas pedagógicas que poderiam melhorar o ensino e a reflexão sobre a temática indígena.

Com a reflexão acerca dos pontos levantados, obtém-se uma melhor percepção das razões do problema identificado, possibilitando encontrar elaboradas possibilidades de solução. Compreende-se que alguns aspectos têm uma enorme influência para que os problemas existam:

Poucos materiais didáticos adequados referente à temática dos povos indígenas disponíveis;

Carência de representatividade indígena na sociedade;

Ausência de investimento para a formação continuada dos docentes referente à abordagem das questões étnico raciais.

Com base nos pontos chave apresentados houve a necessidade de aprofundar mais no assunto para um melhor entendimento do tema.

6 TEORIZAÇÃO

Para um maior embasamento a respeito dos pontos chave levantados e direcionamento das hipóteses de solução, foram realizadas pesquisas teóricas

através de livros disponíveis em bibliotecas virtuais e artigos científicos contidos em repositórios online.

Foi possível perceber que durante as pesquisas que há diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, em especial, os povos indígenas que timidamente têm conquistado e ocupado os espaços sociopolíticos do Brasil. Contudo, ainda é notório a necessidade das discussões para formular e implementar políticas públicas que possam, efetivamente, responder e atender as demandas sociais, específicas para esse grupo.

A Lei 11.645/2008 determina a inclusão indígena, histórica e cultural, nos currículos da Educação Básica pública e privada. Mas ainda é possível observar os desafios dessa temática, sendo esses desafios os contribuintes para a desinformação, que, por conseguinte, gera preconceitos e exclusão em relação aos povos indígenas. Por exemplo, é preciso fazer algumas definições importantes sobre alguns termos usados de forma equivocada.

São muito importantes e necessárias definições sobre o que seja a Educação Indígena, Educação Escolar Indígena e o ensino da temática indígena, pois infelizmente, com frequência presenciamos que existem muitas confusões não somente nas falas de pessoas que estão à frente de órgãos públicos na área de Educação, como também são encontradas em documentos administrativos estatais atribuições equivocadas no que se refere aos significados dos referidos termos. Tais equívocos e confusões resultam, sobretudo, do desconhecimento, das desinformações, dos pré-conceitos, dos equívocos e generalizações que comumente ocorrem sobre a temática indígena (SILVA, 2014, p. 21).

É necessário reconhecer a configuração sócio diversificada, abordagem que deve acontecer desde a educação infantil até os níveis do ensino superior, incluindo as pós-graduações. Para que a sociedade reconheça efetivamente que o país é pluriétnico é preciso ensinar a longo prazo. Até então esse reconhecimento acontece apenas na conjuntura sociopolítica contando com discussões fervorosas e tensas.

7 POCOS MATERIAIS DIDÁTICOS ADEQUADOS REFERENTE À TEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS DISPONÍVEIS

A Lei 11.645 estabelece diretrizes e bases para as redes de ensino do Brasil e apresenta a temática “História e Cultura Afro-brasileira e indígena” como obrigatória em toda a rede de ensino em âmbito nacional e isso deixa claro os avanços educacionais e sociais alcançados, mas põe em discussão se de fato essas ações são suficientes para o alcance de uma sociedade mais equânime e o reconhecimento da diversidade existente em nossa sociedade.

De fato, a lei por si só não é suficiente, é necessário que ela seja colocada em prática por meio de ações efetivas, momento em que a escola assume um papel importantíssimo nesse processo por conta das abordagens sobre a temática. Diante disso, torna-se fundamental discutir sobre o uso do material didático e dos recursos disponíveis ligados a essa temática, refletindo sobre o que a escola tem transmitido a partir da sua utilização.

A história do Brasil que é abordada nos livros didáticos apresenta uma visão europeia e coloca o índio como um ser que ficou preso no passado, com informações inadequadas e preconceituosas. Os textos apresentam histórias das derrotas, esmagamentos dos povos e lutas de resistências abafadas. Por conseguinte, o ensino aparece romantizado, ressaltando a pobreza, a preguiça e mantendo distância os considerando inferiores. Majoritariamente são apresentados como inimigos do progresso nacional por ocuparem terras ricas que não podem ser pesquisadas e extraídas suas riquezas naturais.

Apesar de todo o progresso tecnológico, o livro didático ainda é um grande aliado do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem, portanto, é fundamental que o critério de escolhas desses livros sejam a partir da intencionalidade educacional que o professor almeja alcançar. Desse modo, ele só estará apto identificar o melhor recurso a utilizar se de fato ele conhecer a verdadeira história da origem do país.

As abordagens feitas a partir destes materiais levam os alunos a concluir que os povos indígenas não fazem parte da sociedade atual, e que estas relações só se deram na época da chegada dos europeus ao Brasil, principalmente porque esse

assunto aparece nos livros somente quando abordado este período específico da História do Brasil, não apresentando a participação indígena nos períodos posteriores, denominados ainda como Império e República, mantendo-os desconectados da história recente do país (CAVALHEIRO; COSTA, 2012, p. 4).

A maioria dos livros didáticos e dos materiais utilizados traz a figura do índio sempre de uma mesma forma, com um mesmo estereótipo. É necessário reconhecer e evidenciar a produção, a cultura e a economia que está presente e movimenta o meio dos povos de origem indígena. A título de exemplo desponta a produção de artesanato, que além de ser algo atrativo aos alunos, é um grande meio de demonstrar a forma de sustento de algumas famílias, pois muitos vivem da venda desses produtos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que na disciplina de matemática pode-se utilizar das tradições indígenas em sala de aula apresentando indumentárias dos personagens do maracatu que permitem a percepção de várias figuras geométricas planas. As reproduções em sucata dos instrumentos de percussão utilizados no cortejo podem ser proveitosas para o estudo da geometria espacial, as próprias saias de contas dos xequerês trazem algo sobre a pavimentação de planos e o conceito de média pode ser explorado por meio do número de contas utilizadas para se fazer esse instrumento.

Outro aspecto importantíssimo de ser abordado é o conhecimento necessário para a confecção de seus produtos, como exemplo as cestarias, que, para a sua confecção, são utilizados conhecimentos matemáticos, pois envolvem diferentes tipos de traçados para diferentes finalidades.

O professor pode ir além do corriqueiro que já é trabalhado nas escolas, investindo no estudo da história e cultura dos povos indígenas com um olhar atento para cada detalhe, pensando em como pode utilizar esse conhecimento em todas as matérias do currículo escolar.

Mas é inegável que, por razões diversas, alguma influência cultural ocorreu entre índios, negros e brancos. Reconhecer esse fato, sua importância na constituição da nação brasileira e naquilo que consideramos expressões da cultura popular de nosso país, parece-nos

fundamental para a valorização do ser negro e do ser índio (COSTA, 2009, p. 8).

Portanto, esses aspectos precisam ser destacados de forma a levar os conhecimentos aos alunos à posição social de respeito que os povos de origem indígena ocupam na sociedade, como também é uma forma eficaz de reduzir o preconceito e a discriminação, abordando sobre a diversidade que existe em sociedade e a riqueza histórica e cultura do Brasil.

O estudo de história deve receber um lugar de destaque, dando ênfase nos saberes indígenas, a ciência, cultura e valorização das tradições dos povos indígenas, sendo necessário que os professores problematizam e detenham o conhecimento histórico indígena e brasileiro. O estudo da história deve abarcar vários outros temas relacionados a noções de tempo, espaço, meio ambiente, terra, saúde e outras temáticas consideradas importantes para a aprendizagem sobre os povos indígenas. O estudo deve ser pensado em um ensino da história que agrupe outros campos do conhecimento na concepção pedagógica multidisciplinar, não utilizando o ensino disciplinar que separa a ciência e afasta os campos de conhecimento.

O ensino de história pode auxiliar em uma ideação tendo os povos indígenas como personagem principal desse trabalho pedagógico. Desse modo, o povo indígena pode ser instigado a produzir vídeos e documentários registrando a rotina das aldeias em que participam e as histórias de seu povo. Este resgate criará um laço entre o passado e o presente dando o verdadeiro significado e reforçando as tradições, o que deve continuar a passar para as novas gerações. Outra abordagem seria realizar atividades de dramatização de relatos de membros das comunidades, bem como a confrontação de mapas históricos contestando as terras indígenas no Brasil desde a colonização aos dias atuais.

O pressuposto parte da pesquisa, pois é fundamental que, para que esses aspectos sejam trabalhados e elevados, o professor tenha um conhecimento aprofundado da temática e esteja apto a buscar novas fontes e novas formas de saberes, disposto a investir em sua formação, comprometido com o ensino real da história e com a aprendizagem do aluno. Aos que produzem os livros didáticos que trazem essa temática, é

necessário dar a devida importância da história de origem do Brasil e o papel que o índio assume nesse início e no processo de construção da sociedade, considerando até os dias atuais. Para tanto, é de suma importância dar voz a esses povos e desenvolver pesquisas mais aprofundadas, apresentando uma abordagem fiel e coerente com a história do Brasil.

Em suma, é fundamental reconhecer o índio como um ser social e de direitos, que faz parte de uma sociedade e que está inserido socialmente, valorizando a sua cultura e seus costumes. É primordial reconhecer que o índio está presente na sociedade atual, que não ficou preso no passado, mas que participaram e ainda participam de maneira efetiva da história do país.

8 CARÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NA ESCOLA

Os povos indígenas relatam o ensino de história como instrumento pedagógico de discriminação, que não respeita as diferenças, principalmente porque o estado brasileiro tinha como objetivos de catequizar e civilizar, havendo perdas na cultura e uma generalização dos povos, como se fossem uma unidade homogênea sem se preocupar com o desaparecimento de várias outras línguas e culturas. Torna-se, assim, complexo abordar a temática indígena nas escolas brasileiras, pois ainda se tem como base a imagem do índio romantizado que foi estudado nos livros de história.

Sabe-se que atualmente há índios que trabalham em vários segmentos da sociedade brasileira, que lutam pelo seu espaço, mas mesmo que esses índios tenham se modernizados por causa da globalização e de influências externas, eles ainda guardam consigo uma herança cultural de suas tradições que é passada de geração em geração.

Um dos maiores desafios, de uma forma geral, para tratar da temática indígena no ensino é a superação de imagens exóticas, folclorizadas, para um (re)conhecimento das situações vivenciadas pelos povos indígenas. A escola é uma das instituições responsáveis pela veiculação de muitas ideias, imagens e informações equivocadas a respeito dos índios no Brasil. Ainda é comum, na maioria das escolas, principalmente no universo da Educação

Infantil, que todos os anos, no dia 19 de abril, quando se comemora o Dia do Índio, repetem-se as mesmas práticas: enfeitam as crianças, pintam seus rostos e confeccionam penas de cartolina para colocá-las nas suas cabeças (SILVA, 2019, p. 177).

A Lei 11645/08 preza pelo reconhecimento dos povos indígenas de forma diferenciada, reconhecendo que já se encontravam no Brasil quando os colonizadores portugueses chegaram. Silva critica um ensino superficial sobre a cultura dos povos que aparecem nas escolas como mensageiros de culturas passadas, sem relação com o mundo atual, o tupi aparece como única língua falada e tupã e jaci como deuses, o que não tem significado para diversos povos.

Nesta visão a cultura dos povos indígenas deixará de existir com o sentimento de não pertencer ao tempo presente como uma percepção generalizada e medíocre. A escola, como instituição diversa, tanto pode esvaziar as tradições indígenas como torná-las mais fortes, pois possui o poder de transformação respeitando e valorizando a cultura indígena com suas diversidades.

É de suma importância compreender como os índios viveram há mais de quinhentos anos atrás, porém é necessário levar para as escolas a referência do índio contemporâneo que estuda e se torna professor, médico, advogado e que constantemente luta para serem visto pela nossa sociedade. Eliane Potiguara, uma mulher indígena da etnia Potiguara, escritora, professora, luta pelos direitos dos índios, embaixadora da paz da ONU, ainda traz na sua essência as heranças culturais que foram passadas pelas gerações Potiguaras, porém ela não é conhecida e estudada nas escolas.

É relevante não apenas abordar sobre as lutas passadas do povo indígena, mas é imprescindível também destacar as lutas que o índio moderno enfrenta, ressaltando como é sua vida nas tribos.

É fundamental que no currículo escolar sejam abordados conteúdos que apresentem os motivos pelos quais esses povos são uma minoria no Brasil ao ponto de seus problemas não serem escutados.

9 AUSÊNCIA DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES REFERENTE À ABORDAGEM DAS QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS

A formação de professores quanto a temática indígena se apresenta com um grande desfalque já nos cursos de licenciatura sendo perceptível que durante a formação desse profissional não há matérias no currículo do curso que aprofundem na temática, abordando superficialmente e fazendo com que os professores tenham muitas dificuldades de desenvolver sobre esse tema com os alunos. Além disto, se faz necessário que os professores tenham uma formação continuada que os ajude a explicar conteúdos diversificados sobre a cultura indígena e que não fique apenas com a visão romantizada que estão nas páginas dos livros didáticos.

Sabe-se que há uma grande falta de investimento quanto a temática por parte das secretarias de educação, há pouca demanda de cursos que abordem sobre a cultura do povo indígena.

Ocorre que as citadas secretarias, ao procurar atender às exigências em geral, têm improvisado formações realizadas em curtíssimos espaços de tempo, às vezes durante uma manhã ou uma tarde, de forma massiva, reunindo o professorado e os profissionais da educação de todos os níveis e modalidades de ensino em grandes auditórios. E ainda recorrendo a supostos formadores “especialistas”, nem sempre reconhecidos como tais nos estudos/pesquisas sobre a temática que afirmaram abordar (SILVA, 2019, p. 180).

Os poucos cursos que abordam a temática a expõe de uma forma geral desconsiderando que para cada povo o conteúdo sobre a temática indígena é diferente, por isso o ideal é que seja dividido em níveis, fazendo com que esses profissionais possam implementar aulas de forma significativa e reflexiva.

Existe uma lacuna quanto aos profissionais que possuem conhecimento sobre os povos indígenas, eles são poucos, fazendo com que as secretarias de educação recorram a profissionais que não tenham um conhecimento aprofundado sobre a temática. Outro fator importante é que muitos professores se sentem desmotivados a fazê-las quando tem a

oportunidade, não sendo estimulados pela coordenação pedagógica a participar.

Os professores devem ir em busca de meios para trabalhar o ensino sobre a cultura indígena, pois as mudanças reais só irão acontecer quando os professores em formação continuada realizarem pesquisas sobre a temática abordada. O estado, em parceria com instituições privadas e organizações não governamentais, deve ofertar cursos para professores do ensino básico incluindo a participação de grupos indígenas.

10 HIPÓTESES DE SOLUÇÃO

A partir das pesquisas realizadas e desenvolvidas na teorização, foi possível apresentar algumas possibilidades que contribuem para a resolução do problema evidenciado, essas são:

- Disponibilizar materiais didáticos que abordem sobre os representantes indígenas da atualidade;
- Ofertar cursos de formação de professores com a temática indígena de acordo com os níveis e modalidades de ensino;
- Incentivar a produção livros didáticos que apresentem uma abordagem fiel e coerente com a história do Brasil;
- Promover pesquisas aprofundadas para a elaboração do material didático;
- Desmistificar a ideia do índio como um sujeito do passado e que não faz parte da sociedade atual;
- Valorizar as festividades que abordam os aspectos da cultura indígena.

11 APLICAÇÃO À REALIDADE

Mediante as análises das hipóteses de soluções, elegeu-se uma hipótese de razoável aplicabilidade e de fácil implementação, com um retorno de resultado em curto prazo de maneira local. Optou-se por uma solução com o potencial de apoiar na mudança do pensamento da sociedade sobre a temática da cultura indígena com o intuito de propiciar a transformação do futuro da sociedade, sendo a promoção de cursos de formação de

professores com temas relativos à cultura indígena. Objetiva-se realizar uma intervenção no ciclo sociocultural, contribuindo com a mudança da mentalidade por meio do ensino menos enviesado do ponto de vista do colonizador e mais realista do ponto de vista da cultura local, reconhecimento a cultura e as tradições a muito ignoradas.

Em virtude da pandemia da COVID-19 durante o ano de 2020, não pode ser realizada a aplicação à realidade, uma vez que houve a necessidade de distanciamento e isolamento social. Contudo é proposto a realização das seguintes atividades sequenciais para a intervenção:

1. Pesquisa sobre o trabalho desenvolvido nas escolas;
2. Validação da oficina com a coordenadora pedagógica da instituição;
3. Entrega do convite aos professores;
4. Realização de três oficinas temáticas, em dias distintos, com carga horária de 04 horas cada;
5. Realização de sessão de conclusão das oficinas com atividade de feedback.

Essa estrutura proposta pode ser entendida apenas como o primeiro passo de uma longa jornada que deve ser contínua e expandida para que em um breve futuro possa-se corrigir a errônea mentalidade imposta pela história do Brasil e, com isso, promover uma cultura de valorização dos indígenas e uma sociedade mais inclusiva e diversa. Como passo subsequente deve-se transportar o ensino sobre indígenas das datas comemorativas para o cotidiano da escola, provocando o contato com a cultura.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que fazer valer as diretrizes propostas pela Lei 11.645/08 e a LDB são de grande relevância e importância para a discriminação de uma visão mais adequada dos povos indígenas, e consequentemente da cultura e história do Brasil.

A pesquisa aplicada evidencia que a falta de estrutura das escolas, desde materiais didáticos à acervos que abarquem a temática, como um agravante, somado à capacitação docente sobre o

assunto e o baixo envolvimento da comunidade escolar. Políticas públicas existem, porém não há processo de fiscalização para garantir sua efetiva realização.

A história e cultura dos povos indígenas devem estar presentes no calendário escolar de forma mais fluida, não apenas em datas específicas, levando, principalmente aos anos iniciais da educação, o conhecimento sobre a visão dos povos indígenas frente a colonização e a valorização de uma cultura tão rica. Para tal, é de suma relevância o envolvimento da gestão escolar promovendo cursos de capacitação contínuos, elaboração de atividades e disponibilização de materiais que possam contribuir para que os docentes realizem um trabalho pautado no que direciona a LDB e a Lei 11.645/08.

Mesmo não sendo possível realizar a aplicação de atividades para intervenção social espera-se que, através das pesquisas realizadas, esse estudo possa contribuir para o fomento da temática e a elaboração de planos mais eficazes para minimizar os problemas detectados.

13 REFERÊNCIAS

BRITO, Edson Machado de. **O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico**. *Fronteiras*, v.11, n.20, p.59-72, 2009.

CAVALHEIRO, Rosa Maria; COSTA, Flamarion Laba da. **A temática indígena no livro didático**. 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/730-4.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 2, p. 175-197, 2009.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. O saber construído a partir de nós. **Caderno CENESCH**, n. 1, p. 29, 2009.



NETO, Antonio Simplicio Almeida. A história indígena a ser ensinada nos currículos oficiais brasileiros. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 10, p. 100-122, 2015.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 21-37, 2014.

SILVA, Edson. Índios: pensando o ensino e questionando às práticas pedagógicas. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 21, n. 2, 2019.